

MUDANÇAS NÃO PODEM PENALIZAR TRABALHADORES

Movimento sindical é contra medidas impostas pelo governo de forma unilateral e sem negociação e vai lutar para alterá-las

Nenhuma mudança sem negociação, nenhuma retirada de direitos. Essa é a posição do Sindicato diante das medidas anunciadas de forma unilateral pela presidenta Dilma Rousseff no último dia 29. Apesar de ter reunião agendada com as centrais sindicais para 26 de janeiro, Dilma assinou duas medidas provisórias (MP 664 e MP 665), com o objetivo de ajustar as despesas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e da Previdência Social.

A Central Única dos Trabalhadores, a CUT, também manifestou sua posição contrária ao método utilizado para a tomada de decisão por parte do governo. “Contrariamente aos compromissos assumidos de que as decisões que envolvessem os trabalhadores deveriam passar por um processo de negociação que permitisse às centrais sindicais opinar e oferecer propostas alternativas a quaisquer iniciativas, fomos surpreendidos por um anúncio unilateral das medidas sem que pudéssemos contribuir e de alguma forma assegurar os direitos dos trabalhadores”, afirmou em nota (leia na íntegra no www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=9975).

“Começou mal essa relação com os trabalhadores”, critica a presidenta do Sindicato, Juvandia Moreira. “São ajustes importantes que mexem com

outros direitos como pensão por morte, seguro-desemprego, abono salarial, Fundo do Amparo ao Trabalhador, perícias médicas e nada foi debatido, apesar de haver um compromisso nesse sentido. Queremos, por exemplo, debater o fator previdenciário, e isso tudo está diretamente relacionado”, critica a dirigente.

Para Juvandia, entre os pontos mais graves – e que já está valendo – está a permissão para privatização das perícias médicas, por meio de estabelecimento de convênios com empresas que possuem o serviço sob supervisão do INSS. “O movimento sindical lutou contra isso durante toda a década de 1990, perícias feitas pelo famigerado Prisma. Isso deixa a cargo do empregador a possibilidade de afastar ou não o empregado adoentado. É claro que acabam sempre dificultando os afastamentos, o que pode acarretar, inclusive, no agravamento das doenças ocupacionais e em mais ônus para o Estado, que deve pagar a conta da previdência em caso de uma aposentadoria por invalidez”, explica Juvandia. “Vamos enviar carta ao ministro da Previdência, Carlos Gabas, manifestando nossa posição e pedindo a suspensão dessa autorização.”

Seguro-desemprego – De acordo com o governo federal, as medidas

anunciadas devem representar economia anual de cerca de R\$ 18 bi, o que equivale ao orçamento do programa Bolsa Família. “O problema não está em economizar, mas com quem economizar. Não vamos aceitar retirada de direitos dos trabalhadores”, reforça Juvandia.

A MP 665 que trata da concessão do seguro-desemprego é exemplar dessa cadeia em que sai mais prejudicado o elo mais fraco. Quem for requerer o benefício pela primeira vez, deverá ter trabalhado 18 meses ininterruptos – e não mais seis meses como atualmente. Na segunda solicitação o tempo cai para 12 meses e volta a seis meses somente na terceira vez em que o trabalhador precisar pedir o seguro.

No entanto, entre as 29 milhões de admissões feitas em 2013, 12 milhões de trabalhadores foram desligados no mesmo ano, em sua maioria jovens com baixa escolaridade e remuneração mais baixa. “Ou seja, essa ausência re-



pentina de renda em caso de desemprego vai fazer muita diferença na vida dessas famílias”, lembra a presidenta do Sindicato.

Uma das alegações do governo para promover a mudança é reduzir a rotatividade

de do trabalho. E esse é outro assunto que está na pauta do movimento sindical para ser discutido com a presidenta Dilma. “Queremos debater esse problema, colocar regras. Afinal, por que um país com tantos empregos criados tem tanta rotatividade? Essas medidas unilaterais não vão resolver a questão, já que as empresas usam essas demissões principalmente para reduzir salários e aumentar seus lucros. O governo tem de ouvir o movimento sindical”, completa a dirigente. ✿

AO LEITOR

Democracia na comunicação

O novo ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, tem destacado em entrevistas que uma das suas prioridades é levar adiante o projeto de debate para a chamada regulamentação econômica da mídia.

O Sindicato acredita que essa regulamentação vai fortalecer a democracia e a liberdade de expressão no país.

Atualmente, embora a Constituição proíba o monopólio e o oligopólio, 70% do controle da imprensa brasileira está nas mãos de apenas seis famílias. Regulamentar não significa acabar e sim ampliar para que outros meios de comunicação também tenham voz. Garantir a "multiplicidade de vozes" pode ser positivo para o país.

É preciso que alguns assuntos também sejam discutidos, como o direito de resposta, que estava previsto na Lei de Imprensa, revogada em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal. Ou seja, o cidadão ficou desguarnecido diante dos ataques da imprensa, calúnia, injúria e difamação. Atualmente, a Justiça é obrigada a julgar caso a caso os pedidos de direito de resposta, deixando o tema amplamente aberto à interpretação.

É fundamental que os trabalhadores discutam esse assunto. A Constituição garante a todos ampla liberdade para que todos os brasileiros possam se expressar. A regulamentação é uma forma de ampliar democraticamente as comunicações.

Juvandia Moreira
Presidenta do Sindicato

BANCO DO BRASIL

Pelo pagamento de horas extras

Funcionários que reduziram jornada devido ao Plano de Funções Gratificadas querem manutenção das 20 horas a mais por mês. Sindicato cobra resposta do banco



O Sindicato cobra uma definição da direção do Banco do Brasil quanto ao pagamento de 20 horas extras por mês para os funcionários

que migraram da jornada de oito para seis horas do Plano de Funções Gratificadas (PFG).

Na Campanha Nacional Unificada 2014 foi assegurado que essa medida seria mantida até dezembro do ano passado, mas a Comissão de Empresa dos Funcionários reivindicou a permanência do pagamento também em 2015. O banco ficou de analisar a proposta e ainda não deu retorno aos trabalhadores.

Claudio Luis de Souza, diretor do Sindicato, destaca que, se não hou-

ver essa continuidade, os empregados terão perda considerável em sua remuneração. "No holerite de janeiro os funcionários ainda receberão pelo trabalho de dezembro, mas depois disso está uma grande incógnita. Agora o banco tem de responder se atenderá ou não à reivindicação de manter o pagamento."

Plano de funções – O BB implantou o plano de funções em janeiro de 2013. Para que as pessoas com jornada de oito ho-

ras do antigo plano aderissem à função gratificada, com jornada de seis horas, o banco abriu a possibilidade de os trabalhadores fazerem 20 horas extras ao mês no período de 28 de janeiro de 2013 a 28 de janeiro de 2014.

No entanto, devido à mobilização das campanhas nacionais de 2013 e de 2014, o prazo foi prorrogado para dezembro de 2014. Agora os trabalhadores reivindicam que haja uma nova ampliação neste ano. ✦

CAIXA FEDERAL

Aos 154 anos, instituição é ameaçada

Notícias sobre abertura de capital mudaria caráter de empresa pública, fundamental para o país. Movimento sindical enviou carta à presidenta Dilma manifestando posição contrária

A Caixa Federal completou 154 anos na segunda-feira 12, com resultados que devem ser comemorados. O banco público, que por pouco não foi privatizado na década de 1990, viu seu lucro crescer 72% entre 2008 e 2013 e a carteira de crédito subir 517% no mesmo período, um momento em que as instituições privadas retraíram o crédito diante da crise

financeira mundial.

Apesar do importante papel que desempenha como banco 100% público, notícias veiculadas no final de 2014 abordam a possível abertura de capital da empresa. Diante disso, o movimento sindical enviou carta à presidenta Dilma Rousseff manifestando sua posição contrária e solicitando audiência para tratar do assunto. O

governo ainda não se posicionou sobre o pedido.

"Defendemos a Caixa 100% pública, para servir ao interesse da sociedade, no seu papel social e no financiamento do desenvolvimento do país. Quando a empresa abre seu capital serve aos interesses do mercado. Veja o caso da Sabesp, por exemplo, que tem ações na bolsa de Nova York. É al-

tamente lucrativa para os acionistas, mas não serve aos interesses da população, basta ver a situação da falta de água em São Paulo. A Caixa tem de financiar o desenvolvimento, como a agricultura, e só depois pensar na lucratividade", argumenta o diretor executivo do Sindicato Dionísio Reis. "Temos de unir forças para combater essa ameaça", acrescenta. ✦

CCT

Requalificação profissional é direito

Bancários demitidos podem ter cursos profissionalizantes financiados pelo ex-empregador. Informe-se e solicite ao RH da empresa

Muitos não sabem, mas um dos direitos dos bancários quando demitidos é um valor de até R\$ 1.227, pagos pelo banco, para cursos de qualificação ou requalificação profissional.

Ex-funcionária do Rodobens, a bancária Jacqueline utilizou a verba para incrementar seu currículo com três cursos oferecidos pelo Centro

de Formação Profissional do Sindicato (CFP): CPA-20, Análise de Crédito e Matemática Financeira. "Finalizei em dezembro e foi ótimo", conta.

Ex-funcionário do Bradesco, Jonas conta que o trâmite foi simples: "Liguei no RH e me deram formulário. Depois fui com o boleto a uma agência e fiz o pagamento", relata.

O direito está na cláusula

60ª da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). A conquista é do ano de 1997.

Os cursos podem ser ministrados por empresa, entidade de ensino ou entidade sindical profissional. O trabalhador tem noventa dias, contados a partir da data da dispensa, para requerer o direito ao banco. ✦

LEIA MAIS www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=10017



Folha Bancária

Filiado à CUT, Contraf e Fetec-SP

Presidenta: Juvandia Moreira

Diretora de Imprensa: Marta Soares

e-mail: folhabancaria@spbancarios.com.br

Redação: André Rossi, Andréa Ponte Souza, Mariana Castro Alves e Rodolfo Wroli

Edição: Jair Rosa (Mtb 20.271)

Edição Geral: Cláudia Motta

Diagramação: Fabiana Tamashiro

Tiragem: 100.000 exemplares

Impressão: Bangraf, tel. 2940-6400

Sindicato: R. São Bento, 413, Centro-SP, CEP 01011-100, tel. 3188-5200

Regionais: **Paulista:** R. Carlos Sampaio, 305, tel. 3284-7873/3285-0027 (Metró Brigadeiro). **Norte:** R. Banco das Palmas, 288, Santana, tel. 2979-7720 (Metrô Santana). **Sul:** Av. Santo Amaro, 5-914, tel. 5102-2795. **Leste:** R. Icem, 31, tel. 2293-0765/2091-0494 (Metrô Tatuapé). **Oeste:** R. Benjamin Egoz, 297, Pinheiros, tel. 3836-7872. **Centro:** R. São Bento, 365, 19ª andar, tel. 3104-5930. **Osasco e região:** R. Presidente Castello Branco, 150, tel. 3682-3060/3685-2562

f /spbancarios You /spbancarios

www.spbancarios.com.br

HSBC

Ex-comerciários tornam-se bancários

Vitória do movimento sindical, trabalhadores da Losango foram incorporados pelo banco. Assembleia para ratificar acordo judicial será na quinta-feira 15, na sede do Sindicato

Os trabalhadores tiveram uma importante vitória contra a terceirização no final de 2014. Em acordo judicial, os comerciários da Losango Promotora de Vendas, que funciona como a plataforma de crédito do HSBC, foram reconhecidos como bancários e incorporados ao banco. O acordo foi firmado em novembro e os trabalhadores, cerca de 500 em todo o país

e 30 na base do Sindicato, já estão cumprindo a jornada de seis horas da categoria.

“Foi uma conquista importante, pois além de representar avanços em termos de remuneração, jornada e direitos para esses trabalhadores, reforça o que sempre defendemos: quem trabalha em banco tem que ser considerado bancário”, diz a secretária-geral do Sindicato, Ivo-

ne Maria da Silva.

Agora os ex-comerciários usufruirão de todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários, como PLR, vales refeição e alimentação, licença-maternidade de seis meses, entre outros.

Ivone ressalta ainda a importância de esses trabalhadores se sindicalizarem em todo o país. “Essa foi uma vitória da luta

dos trabalhadores organizados em seus sindicatos. É quanto mais sindicalizados tem uma categoria, mais forte ela é.”

Assembleia – O acordo judicial tem de ser ratificado pelos novos bancários em assembleia. Os da base do Sindicato realizam assembleia na quinta-feira 15, a partir das 17h, na sede do Sindicato (Rua São Bento, 413, Centro). ✨

EDITAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.651.675/0001-95, por sua presidenta, convoca todos os empregados da LOSANGO Promoções de Vendas Ltda. e LOSANGO Promotora de Vendas LTDA., dos municípios de São Paulo, Osasco, Barueri, Carapicuíba, Caucaia do Alto, Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Santana do Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 15 de Janeiro de 2015, em primeira convocação às 17h, e em segunda convocação às 17h30, na sede do Sindicato, no Auditório Amarelo, situado à Rua São Bento, nº 413, Centro, São Paulo/SP, para discussão e aprovação da seguinte ordem do dia:

*Discussão e deliberação sobre a proposta de ratificação e adesão aos termos do Acordo Judicial e Ajustamento de Conduta, com abrangência nacional, homologado em 15/12/2014, nos autos da Ação Civil Coletiva n.º 0083100-38.2005.5.01.0028 e da Ação Civil Pública (apensa) n.º 0081700-67.2008.5.01.0065.

São Paulo, 13 de janeiro de 2015
Juvandira Moreira Leite
Presidenta

ECONOMIA

Mínimo deveria ser R\$ 2.975,55

O salário mínimo ideal, em dezembro, deveria ser R\$ 2.975,55. O cálculo foi feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), considerando o valor da cesta básica mais cara no período, a de São Paulo.

O valor é apurado com base na Constituição, que estabelece que o piso oficial deve suprir despesas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

A estimativa revela que o salário mínimo deveria ser 4,11 vezes o valor em vigor no mês passado, que era R\$ 724. A partir de 1º de janeiro, o montante passou para R\$ 788.

O valor acumulado da cesta básica em 2014 aumentou em 17 das 18 capitais pesquisadas pelo Dieese. A exceção foi Natal, que apresentou recuo de 1,7%.

A maior alta foi verificada em Brasília, com variação de 13,79%, seguida por Aracaju (13,34%) e Florianópolis (10,58%). Entre as capitais que registraram as menores altas estão Salvador (1,01%), Belo Horizonte (1,22%) e Campo Grande (2,36%). ✨

SANTANDER

Plano aumenta sem negociação

Mensalidades do convênio médico subiram 20% e coparticipação passou de 15% para 20%. Sindicato estuda medidas, inclusive jurídicas, contra aumento abusivo



► Vera: aumento abusivo tem de ser revisto

Os funcionários do Santander estão indignados com reajustes no plano de saúde aplicados desde dezembro.

O Bradesco Saúde – plano de cerca de 90% dos trabalhadores do Santander de São Paulo, Osas-

co e região – aumentou as mensalidades em 20% para funcionários da ativa e aposentados e reajustou a coparticipação, cobrada em determinados atendimentos, de 15% para 20%. As alterações foram feitas sem nenhuma negociação com o Sindicato.

“Solicitamos negociação sobre o tema, inclusive nas mesas do acordo aditivo, mas o banco agiu unilateralmente, prejudicando os assistidos severamente”, diz a diretora executiva do Sindicato Vera Marchioni.

“Mudanças devem ser discutidas

com o Sindicato, pois os trabalhadores são parte do contrato”, afirma.

Os aposentados são os mais afetados porque pagam o plano integralmente, sem contribuição alguma da instituição financeira.

O Sindicato notificou o Santander extrajudicialmente em 24 de dezembro para pedir nulidade dos aumentos e esclarecimentos sobre negociação de contrato entre banco e Bradesco Saúde.

“Até agora, o Santander não nos deu resposta. Assim, estamos tomando outras medidas, inclusive jurídicas, para que esse aumento abusivo seja revisto”, afirma Vera. ✨

SISTEMA FINANCEIRO

Bancos começam ano subindo juros

Cinco das sete instituições pesquisadas pelo Procon-SP elevaram taxas do cheque especial

Os bancos começaram o ano subindo os juros do cheque especial. Segundo pesquisa do Procon no estado de São Paulo, a taxa média saltou dos 10,15% ao mês, em dezembro, para 10,37% ao mês, em janeiro.

O levantamento, feito no dia 6, mostra que, de sete bancos pesquisados, cinco aumentaram

a taxa. A maior alta foi na Caixa Federal, de 7,03% para 7,64% ao mês. Bradesco, Banco do Brasil, HSBC e Itaú aparecem na sequência. Santander e Safra mantiveram os valores.

Apesar do aumento, a Caixa continua com o menor valor na modalidade. O maior permanece com o Santander: 12,99% ao mês.

Empréstimo pessoal – Com alta registrada apenas no Bradesco, a taxa média no empréstimo pessoal dos mesmos sete bancos permaneceu em 5,85% ao mês, igual à de dezembro.

O Bradesco elevou a cobrança de 6,45% para 6,49% e continua a segunda mais cara da pesquisa. O Santander tem a maior

também nesta modalidade, com 7,49%, bem como a da Caixa é a menor: 3,91%.

As taxas cobradas pelos bancos nas duas modalidades estão muito acima dos 11,75% ao ano registrados pela taxa oficial, a Selic. Ao ano, o cheque especial está em 226,75% e o empréstimo pessoal, 97,89%. ✨

CIPA ELEITA

Os cerca de 300 bancários do centro administrativo do Santander localizado na Rua Bráulio Gomes, centro da capital paulista, contam desde quinta-feira 8 com nova Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). A candidata apoiada pelo Sindicato Sandra Akemi Saito foi eleita para a suplência.

A Cipa da concentração Bráulio Gomes tem mandato de um ano e é composta por oito membros, sendo quatro titulares e quatro suplentes, indicados pelos trabalhadores e pelo banco de forma equânime.

PREVISÃO DO TEMPO

ter	qua	qui	sex	sáb
Min. 23°C Máx. 34°C	Min. 22°C Máx. 35°C	Min. 22°C Máx. 33°C	Min. 21°C Máx. 32°C	Min. 23°C Máx. 33°C

PROGRAME-SE

APRENDA FRANCÊS NO CFP

Tem curso de Francês Iniciante no Centro de Formação Profissional (CFP) do Sindicato. As aulas são às quintas, das 19h às 21h, e vão de 15 de janeiro a 11 de junho. Para o público em geral o investimento é de R\$ 720. Já para o sindicalizado, sai pela metade do preço: R\$ 360. Allez! Na sede do Sindicato (Rua São Bento, 413, Centro).

VEM COM FANTASIA!



Que tal sair numa escola de samba e sentir toda a emoção do Carnaval? O enredo da Tom Maior é sobre a "Adrenalina" de entrar no Anhembi com a escola do coração. O Sindicato repassa a fantasia a preço de custo aos bancários.

Para sindicalizados, a vestimenta sai por R\$ 180. Para o público em geral, R\$ 250. A Tom Maior será a terceira a desfilar na sexta, 13 de fevereiro. E os ensaios já estão rolando (Rua Sérgio Tomás, 622) às terças, quintas e sábados, 21h, com ingressos a R\$ 10.

NOVOS PRATOS NO CAFÉ

A excelente cozinha do Grêmio Recreativo Café dos Bancários está com novidades. Um dos sanduíches novos tem nome de ilha caribenha e é



perfeito para o verão. É o Saona Chicken, feito de lascas de frango na chapa, alface, tomate, mussarela e cheddar quente, no pão sírio. O espaço mais charmoso do centro velho é exclusivo para sindicalizados e convidados. De segunda a sexta, das 17h às 23h (Rua São Bento, 413, Centro).

TERAPIAS ALTERNATIVAS COM DESCONTO

Os sindicalizados têm desconto no Espaço Elementares, que visa melhor qualidade de vida dos clientes ao oferecer tratamentos holísticos e estéticos, (Rua Backer, 666, no Cambuci). Shiatsu, reflexologia e reiki são algumas terapias. Drenagem linfática, massagem drenomodeladora, gessoterapia, peeling de diamante e eletroterapia para rejuvenescimento estão entre os tratamentos estéticos. Para saber mais e agendar, ligue 3774-7187.

CRISE HÍDRICA

Multa está em vigor

Governo do estado publica cobranças para quem gastar mais água no Diário Oficial, gerando ações contra a medida na Justiça e no MPE; especialistas criticam



► População sofre com seca do Cantareira, mas governo não admite racionamento

A Sabesp foi autorizada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Artesp) a aplicar multa para quem consumir mais água em 2015, no comparativo entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014.

A medida, publicada no Diário Oficial do Estado da quinta 8, prevê 40% de multa para quem consumir até 20% a mais do que a média do período anterior e a taxa de 100% para quem utilizar mais que 20%. As cobranças serão válidas somente para gastos excedentes na água encanada, o que representa metade do valor da conta. Os outros 50% são referentes ao serviço de coleta de esgoto.

O urbanista e especialista em gestão de recursos hídricos Renato Tagnin critica a forma como serão aplicadas. "Essa medida não mexe com quem sempre consumiu muito, como o agronegócio, indústria e residências de alto poder aquisitivo, e sim com quem aumentou o consumo nos últimos anos. Mas, e para quem sempre consumiu muito, como faz? Manter o

alto consumo é adequado?"

O geólogo Delmar Mattes atenta para a destinação do dinheiro gerado pelas multas. "Esse dinheiro não pode ficar na Sabesp, porque a empresa paga dividendos a acionistas e também porque não investiu o necessário na distribuição de água."

A Sabesp lucrou R\$ 1,923 bilhão em 2013. Desse total, R\$ 534,2 milhões foram distribuídos na Bolsa de Valores de Nova York. Desde 2003, a empresa acumulou lucro de R\$ 13,113 bilhões, dos quais R\$ 4,372 bilhões foram para os bolsos dos acionistas.

No dia 18 de dezembro de 2014, data em que o governo anunciou a medida, as ações da Sabesp fecharam em alta de 3,08%. "O mercado não pode ser parâmetro de sustentabilidade e justiça social, e saneamento é isso", afirma Tagnin.

Reações – A associação de consumidores Proteste move ação na Justiça com pedido de liminar para barrar a

cobrança evocando a lei federal de saneamento, que determina a aplicação de tarifa de contingência só quando o racionamento é oficialmente decretado.

A ação pede que a multa seja adotada apenas quando a gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) declarar oficialmente o racionamento de água no estado e que ainda dê 90 dias para que o consumidor se adapte às mudanças.

O Partido dos Trabalhadores também ingressou com representação no Ministério Público Estadual para impedir que a tarifa extra seja imposta à população.

Problemas com a pressão – No dia seguinte a publicação no Diário Oficial, o novo presidente da Sabesp, Jerson Kelman, disse em sua cerimônia de posse que instruiu a área técnica da empresa a diminuir a saída de água do Cantareira, o que, de acordo com ele, vai causar mais alterações na pressão e, inescapavelmente, "gerar algum tipo de sofrimento para a população".

A redução da pressão é responsável por 54% de toda a economia de água obtida pela Sabesp durante a crise e gera outros problemas além do desabastecimento nas residências localizadas em áreas mais altas ou nas pontas da rede de abastecimento. "Existe a possibilidade de entrar água contaminada do subsolo em volta da rede de abastecimento, que muitas vezes passa pela rede de esgoto, cemitérios, hospitais, postos de combustível, indústrias. Além disso, quando tem menos água nos reservatórios e rios, tem menos água para diminuir a ação de poluentes. A diferença entre medicamento e veneno está na dose", ressalta Tagnin. ✱

